

A ESPACIALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

SANTOS, RENATO EMERSON DOS. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: SOBRE A(S) ESPACIALIDADE(S) DA AÇÃO SOCIAL – RIO DE JANEIRO: CONSEQUÊNCIA, 2011

Gabriel Siqueira Corrêa¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
São Gonçalo, RJ, Brasil

Carolina da Silva Santos²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Enviado em 7 mai. 2021 | Aceito em 10 set. 2022

O pesquisador Dr. Renato Emerson dos Santos é Professor do Instituto de Pesquisa, Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR), coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais. Entre suas publicações anteriores destaca-se: *"Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O negro na Geografia do Brasil"*, publicado em 2007, e *"Questões Urbanas e Racismo"*, publicado em 2012, demonstrando o esforço do autor em instaurar uma agenda do debate racial na ciência geográfica.

O livro aqui resenhado é resultado da tese de doutoramento orientada pelo Professor Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves, no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, defendida em 2006.

Esta resenha tem o objetivo de evidenciar os focos de cada capítulo, ao expor questões e debates que podem contribuir para pesquisas sobre movimentos sociais de diferentes naturezas,

1. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. Coordenador do Núcleo de Estudos em Territorialidades Negras e Ensino de Geografia. E-mail: gabrielgeo@hotmail.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1448-7791>

2. Doutoranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Campus Maracanã. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero, Sexualidades e Diferença nos Vários Espaços Tempos Cotidianos da UERJ/FFP coordenado pela Profa. Dra. Denize Sepulveda. Email: carolinasantos90@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4987-4289>

escalas e espacialidades. Embora o livro tenha sido editado há 11 anos, sua abordagem permanece atual com uma agenda que destaca pressupostos metodológicos e epistemológicos para analisar movimentos sociais e suas formas de ação. Essa atualidade reside no fato da obra incorporar em seus exemplos movimentos que estão em evidência no cenário nacional, principalmente em tempos de retrocesso e crise de lutas políticas e sociais. Assim, os raciocínios geográficos apresentados podem construir quadros que permitam analisar e problematizar distintas atuações desses grupos.

O tema central da obra em estudo é a compreensão dos movimentos sociais através de raciocínios centrados no espaço. Tem como objeto de análise a constituição e desenvolvimento do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), apresentando tanto o seu surgimento na Baixada Fluminense, como sua expansão por todo o estado do Rio de Janeiro, principalmente nos anos 90, tornando-se inclusive um interlocutor capaz de dialogar na esfera racial e educacional em escala nacional.

Assinala-se a importância desse tema já que o debate em torno dos movimentos sociais vem crescendo na atualidade. Este fato pode ser atribuído a: (i) uma maior visibilidade desses movimentos a partir de diferentes estratégias de luta e exposição; (ii) a perda de referência exclusiva dos partidos políticos como instrumentos de mudança social; e à (iii) atenção a diferentes formas de exploração e hierarquias, que superam aquelas a partir da classe e fundam diferentes agendas. Deste modo aumenta-se a visibilidade dos movimentos sociais, seja através da luta por território (realizada por camponeses, índios, seringueiros ou quilombolas), por movimentos urbanos, haja vista o grande número de ocupações de prédios abandonados em São Paulo, por exemplo, e pela igualdade racial e de gênero.

Frente a esse grande número de informações que vem surgindo, a geografia brasileira apresenta um crescente número de obras que abordam essa temática – no próprio livro, encontramos um levantamento –, porém são poucas que se propõem a uma abordagem que atravesse as dimensões epistemológicas e empíricas do tema, a partir de uma análise que ponha em foco os movimentos sociais e a dimensão espacial. Se levarmos em conta o debate presente em torno da questão racial, a discussão presente na geografia parece silenciar. Longe de apontar uma não vinculação ao conhecimento geográfico, torna-se urgente a necessidade de entendermos e estendermos nossos conhecimentos para esse amplo campo de estudos.

Ao trazer essas contribuições, o livro pode preencher um importante lugar nas produções geográficas ao abrir possibilidades metodológicas para pesquisas que problematizem os movimentos sociais e suas espacialidades.

O livro é estruturado em cinco capítulos: 1) *Construindo uma trajetória analítica, ou, introdução: a espacialidade da ação*; 2) *Geografia e movimentos Sociais*; 3) *Geografia e política: a questão da escala*; 4) *Tensionando a imaginação Geográfica: dimensões espaciais dos movimentos sociais e por fim* 5) *O Pré-Vestibular para negros e carentes: múltiplas experiências de espaço-tempo no fazer da política*.

Cada capítulo possui um núcleo epistêmico de discussão que instrumentaliza o entendimento múltiplo das espacialidades dos movimentos sociais. Há possibilidade de leitura independente de cada capítulo. Sendo assim, o tema dos movimentos sociais, da escala, da dimensão espacial dos movimentos sociais e ainda, o estudo da criação e mudanças do PVNC, formam distintos capítulos, que podem ser entendidos como simultaneidades.

O primeiro capítulo – ou introdução – apresenta um panorama geral da obra, enfatizando a própria trajetória do autor que atuou no PVNC da Rocinha e depois Tijuca, entre os anos de 1996 e 2002. Essa experiência o estimulou a pensar as espacialidades dos movimentos sociais, como no seguinte fragmento: “(...) as múltiplas dimensões espaciais que regulam, condicionam, são inerentes, oferecem possibilidades, orientam as ações elaboradas (ou não) como estratégias de intervenção

dos/nos movimentos.” (SANTOS, 2011, p. 14). Importante entender ainda que a construção dos movimentos sociais é cotidiana e ocorre a partir da convergência de múltiplas e diversas formas de ação social relacionadas ao campo da política. Estas não são livres de conflitividades necessárias para a formação e continuação dos movimentos, segundo o autor.

O segundo capítulo busca apresentar um estudo da arte dos movimentos sociais na Geografia brasileira. A leitura indica que é possível encontrar uma aproximação tanto dos geógrafos frente aos movimentos sociais, como das análises espaciais sobre os movimentos sociais. A escolha do debate dentro da produção nacional tem a intenção de identificar o que é produzido e quais as tendências teóricas e metodológicas desse campo. Nesse movimento, o autor identifica três tendências não hierárquicas ou sucessivas, que podem ajudar a explorar potenciais analíticos.

A primeira se pauta em uma “Geografia da organização dos movimentos sociais, onde se trabalha mais descritivamente as formas de organização dos movimentos e sua ‘configuração espacial’ (mapeamento das estruturas do movimento) (...)” (SANTOS, 2011, p. 27), com referências espaciais ligadas a recortes políticos-administrativos do Estado.

A segunda se configura como uma “Geografia das lutas sociais” que “trabalha as formas de ‘materialização’ das lutas e dos conflitos sociais no espaço, enquanto expressão concreta das contradições sociais” (SANTOS, 2011, p. 27-28); ou seja, se fazem a partir da espacialização e evidenciação do conflito.

A terceira se relaciona a “Geo-grafias dos movimentos sociais” que se caracterizam para o autor a partir de uma dupla acepção analítica, que envolve a “proposição de categorias analíticas de leituras dos movimentos sociais a partir do arcabouço conceitual da Geografia contemporânea” (SANTOS, 2011, p.28) e, ainda, a proposição do próprio movimento social sendo uma categoria na Geografia. Assim, deixa de ser objeto para ser instrumento nas análises para “o desvendamento de novas espacialidades e territorialidades” (SANTOS, 2011, p. 28).

Ao comentar essas três tendências, ele agrupa e problematiza o trabalho desenvolvido por diferentes autores, entre eles: Julia Adão Bernardes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Walter Porto-Gonçalves.

No terceiro capítulo, o mais denso entre eles, é proposto um debate sobre escalas e sua importância nos projetos de poder, que abarcam os meios em que podem ser envolvidas e desenvolvidas as espacialidades dos movimentos sociais. Aqui é importante o mergulho analítico do autor através de tendências e estudos sobre as escalas, seus usos e conceituações. É reforçada a importância de olhar as escalas dentro das relações de poder, junto ao entendimento de que não existem hierarquias entre escalas, mas sim entre os atores e suas capacidades de controlar, manipular e protagonizar as escalas.

Para os objetivos traçados, busca-se ver as escalas como componente de acionamentos e disputas, construídas a partir de relações de poder e utilizadas para a construção de hierarquias.

Assim, constroem-se quatro debates essenciais para o trabalho com o conceito de escala: 1) a desconstrução da escala enquanto ferramenta vista unicamente a partir do campo instrumental de análise, que envolve a bipolarização escala cartográfica e escala geográfica; 2) as hierarquias instauradas a partir da determinação espacial no qual os fenômenos costumam ser agrupados; 3) a escala a partir das experiências espaço-temporais que acompanham as narrativas escalares, bem como os eventos que elas correlacionam (no qual estão envolvidos os sujeitos que as constroem); 4) e a escala como forma de fazer político, uma arena de debates e disputa.

Ao longo do desdobramento do capítulo, trabalha-se a escala como um fazer político. Pensar em escala é pensar em sujeitos que as instituem e são instituídos por ela. É, sobretudo, pensar nas articulações que se dão a partir dela, ou seja, na própria dinâmica que a escala sustenta. De acordo

com o autor, é necessário problematizar as relações entre os atores que as acionam e constroem, demonstrando que este conceito não é algo que exista naturalmente de forma autônoma, mas sim como fato construído com determinado objetivo. Essa escolha resulta em processos de legitimação e apagamento, em uma hierarquia concebida por (e entre) sujeitos e grupos.

O quarto capítulo vai tratar das dimensões geográficas (espaciais) propostas pelo autor para a compreensão da ação dos movimentos. São elas: a manifestação e materialização do movimento; a construção da identidade e os recortes espaciais; territórios e territorialidades; agendas fundadoras e agências de diálogo; embates e escolha de interlocutores e esferas institucionais. Para isso é operada a dissociação dessas dimensões – de ocorrência simultânea – formadoras dos movimentos sociais, o que possibilita o entendimento mais minucioso de cada uma delas e mostra que “elas são, na verdade, instrumentos manipuláveis através de operações de estratégias e racionalização da luta dos movimentos” (SANTOS, 2011, p.138).

O que pode ser observado com a leitura deste capítulo é uma metodologia para entender como esses Movimentos Sociais ocorrem espacialmente ou são espacializáveis. Assim, todas as dimensões apresentarão raciocínios de natureza geográfica.

Entre os debates estabelecidos estão: a elaboração de *cartografagens sociais* que ocorrem nas “diferentes formas pelas quais o movimento se faz presente, no espaço e no tempo (...)” (SANTOS, 2011, p. 139), em uma manifestação que grafa a terra, a partir da instauração de conflitos e embates, e são normalmente símbolos dos movimentos. A construção de identidades em referências espaciais e sua implicação no movimento; e as disputas de alguns grupos por territórios e territorialidade, caracterizando lutas “pelo e a partir daquilo que ele contém e que o define: as relações sociais – em toda a sua multidimensionalidade (...)” (SANTOS, 2011, p.164).

Essas bases de materialização, identidade e lutas são expressas na construção das agendas e escolha de interlocutores. Nas agendas se consubstanciam as propostas e objetivos das ações coletivas e dialogam, sobretudo, mediante a determinados espaços e vivências canalizadoras de energia (de espaços segregados, excluídos ou da própria corporeidade), estabelecendo Geografias possíveis de serem problematizadas. As agendas se relacionam diretamente aos interlocutores. Estes podem ser parceiros em lutas devido a agendas semelhantes, ou atores antagônicos, que representaram contra o que (ou quem) estão lutando.

A capacidade de criar fatos e a organização dos movimentos também são importantes para a compreensão da espacialidade. Esta capacidade depende de uma série de fatores: o objetivo principal do ato (a agenda); o local onde se pretende causar o impacto (espaço em que ocorrerá a manifestação); o interlocutor escolhido como antagonista e os parceiros articulados, essenciais para a capacidade do grupo criar desdobramentos, e ainda, conseguir o *salto escalar*. Já nas esferas institucionais do movimento, destaca-se a importância da compreensão das “engenharias institucionais” que tem a tarefa de acomodar determinadas tensões geradas pelas diferentes trajetórias espaciais e divergências de projetos políticos. Mesmo que essas engenharias institucionais não possam dissolver as diferenças e problemas, devem garantir o estar-junto, potencializando a ação coletiva e, de certa maneira, gerar a disciplinarização da ação ao determinar o fazer político em certos espaços.

Vale lembrar que todo este processo é construído por sujeitos que possuem experiências, capital social, conhecimento de condutas e normas, para transitar em diferentes espaços. Aponta-se que esses sujeitos, inclusive em embates, têm uma verdadeira fricção espacial “um atrito entre trajetórias e experiências do fazer político (SANTOS, 2011, p. 220)”. Sendo assim, experiência e vivência não podem ser ignoradas no cotidiano do fazer político dos movimentos sociais.

No último capítulo, o autor apresenta o seu objeto de análise em um estudo que aborda a formação e fragmentação (ou rearticulação) do Pré-vestibular para Negros e Carentes. As categorias discutidas nos capítulos anteriores são apresentadas como ferramentas metodológicas para análise.

Aqui não só é importante entender a trajetória de construção do PVNC como também a dinâmica espacial e escalar que envolve todo o movimento. As redes criadas, os conflitos inerentes à construção do movimento, as vivências que geram impactos no fazer político dos sujeitos, a tramitação entre arenas e o conhecimento dos códigos de cada uma, a escolha de interlocutores e a própria agenda – sempre em (re)construção de acordo com as experiências e as escalas atingidas.

Toda a dinâmica de disputas pelo poder e engenharias institucionais construídas através de assembleias e fóruns tem no espaço geográfico um elemento chave. Durante a leitura fica claro que quando se fala em espaço, se dialoga diretamente com os sujeitos que trazem consigo as experiências advindas de diferentes trajetórias e vivências, sejam elas individuais ou compartilhadas. Estas vivências possibilitam domínios e constroem práticas não só políticas, como ideológicas, que acabam se impondo nas arenas de disputa. Sendo assim, a experiência aparece como característica fundamental nessas disputas no espaço.

A dimensão racial é um dos pilares das motivações iniciais do PVNC. Porém, de acordo com o local em que os cursos se estabelecem a temática racial, pode ser mais ou menos lembrada. Um lugar que não se identifica com a questão racial, por exemplo, acaba gerando pressões para a mudança de identidade (e de agenda) do movimento, que por outro lado, através de políticas de conscientização, pode demonstrar a importância desse tema para pensar a própria subalternização do negro na sociedade.

É no meio desses debates sobre identidade, espaço de fala e agenda que o autor aponta o momento de instauração do grupo, em que várias disputas haviam sido deflagradas. Eram elas: “Disputas (I) de concepções: (II) por hegemonias; (III) entre diferentes experiências do fazer político que condicionam percepções, objetivos, estratégias e táticas” (SANTOS, 2011, p. 250).

Mesmo frente aos diversos embates internos, “o” PVNC tornou-se um importante interlocutor, construtor de agendas e aberto ao diálogo com a sociedade, participando de encontros com autoridades públicas (inclusive ministros e o presidente), e encontros nacionais com outros movimentos sociais, para discussões de projetos e agendas.

Por fim, levando em consideração a própria constatação do autor que pode ser estendida aqui para outros movimentos, o enfraquecimento ou esfacelamento do PVNC, representado principalmente pela diminuição do número de núcleos (de 77 para 31 em dois anos) não significa o fim do movimento, mas um sinal de articulação dos vários sujeitos que saíram em outros movimentos, agendas e em ações empreendidas em outras escalas.

As análises apresentadas podem revelar caminhos interessantes para entendermos outros movimentos sociais, acionando, sobretudo, raciocínios espaciais e geográficos em torno das representações sociais criadas com o mesmo fim.